



► [Menu principal](#)



[Pesquisa Geral](#)

OK

Brasília, Sexta-Feira, 22/3/19

[A Pró-Yanomami](#)

[Os Yanomami](#)

[Notícias](#)

[Documentos](#)

[Programas](#)

[Depoimentos](#)

[Bibliografia](#)

## | Documentos |

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou "históricos", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● [Arquivo Pró-Yanomami](#)

► [Pesquise por Tema](#)

Todos

Selecione o Período:

De

Até

[Listar Resultados](#)



### BOLETIM URIHI Nº 5

EDITADO PELA COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI (CCPY)  
RUA SÃO CARLOS DO PINHAL 345  
0133 SÃO PAULO  
ILUSTRAÇÕES CIÇA FITTIPALDI  
SÃO PAULO, MARÇO DE 1987

► [Veja também:](#)

[Cartografia Yanomami](#)

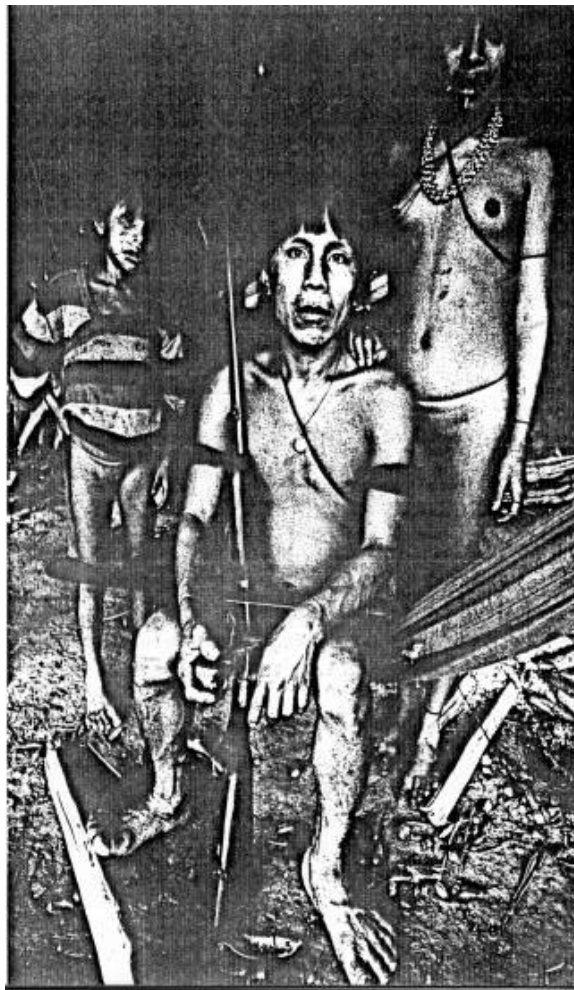


[A Terra Indígena Yanomami vista do espaço](#)



[Acesse o folder CCPY](#)

CCPY  
COMISSÃO  
PRÓ-YANOMAMI



E os índios Yanomami continuam em assembléia permanente desde 1986, à espera da demarcação definitiva do território que lhes pertence a partir de tempos imemoriais. Esta demarcação será feita em virtude de decreto, já prometido pela mais alta autoridade do país.

Todos conhecemos a lentidão com que deslizam as coisas burocráticas, enquanto lateralmente interesses econômicos vigorosos se movimentam com velocidade, impedindo muitas vezes que uma decisão racional do poder público, reclamada por numerosas expressões da comunidade, se concretize a tempo de alcançar o objetivo desejado.

A sorte dos Yanomami está, no momento, pendente, de algumas palavras escritas num documento oficial que significa ato de justiça histórica e de consciência humana. Eles nada pedem além do que já possuíam (bastante reduzido agora), ameaçado por um falso Conceito de desenvolvimento material. Não será por culpa deles que o aproveitamento de recursos naturais do território sofrerá retenção. Nem tão pouco por culpa deles que nossas fronteiras deixarão de ser protegidas. Os pacíficos Yanomami, depositários de uma cultura tribal que os situa entre os povos indígenas mais característicos e tradicionais, são tão brasileiros quanto nós, e como nós aspiram a uma vida tranquila e respeitada. Atendê-los com a Criação e manutenção do Parque Yanomami só poderá beneficiar o prestígio do nosso país entre as nações civilizadas.

Carlos Drummond de Andrade

### **A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DOS ÍNDIOS YANOMAMI**

Vivendo de um lado e de outro da fronteira entre Brasil e Venezuela, os índios Yanomami representam o maior grupo indígena isolado do mundo. Grande parte desse povo conserva ainda sua cultura milenar, ameaçada de extinção.

Dos 20.000 remanescentes Yanomami, cerca de 9.000 vivem no Brasil. Eles têm sido submetidos nos últimos vinte anos a toda sorte de compulsões destrutivas. O contato indiscriminado com agentes da sociedade nacional, as invasões recorrentes de seu território por frentes desordenadas de garimpeiros e grupos extrativistas de toda espécie, carregam um cortejo sinistro de doenças, alcoolismo, prostituição e mortes. Poderosos grupos econômicos tramam a conquista de suas terras com o único objetivo de extrair suas riquezas minerais e obter lucro fácil, não levando em conta os direitos dos índios e o respeito ao equilíbrio ecológico da região. Pela legislação brasileira, as terras indígenas são do usufruto perpétuo das comunidades.

### **A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI**

A Criação do Parque Indígena Yanomami é a única forma de fazer respeitar a lei e de proteger aquelas comunidades das ameaças permanentes que representa o avanço da Sociedade nacional sobre suas terras. o Projeto de Lei nº 379/85, para a Criação do Parque Yanomami, apoiado por dezenas de entidades nacionais e estrangeiras, laicas e religiosas, e por centenas de milhares de personalidades, cientistas e pesquisador de todo o mundo, significa até hoje a única barreira levantada para conter as ameaças e evitar o etnocídio e genocídio de todo um povo e a destruição massiva de um majestoso porém frágil ecossistema na Amazônia.

### **A GRANDE AMEAÇA ; O PROJETO CALHA NORTE**

#### **PLANO GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO E**

#### **SEGURANÇA NA REGIÃO AO NORTE DAS CALHAS DOS RIOS**

#### **SOLIMÕES E AMAZONAS**

Recentemente a opinião pública brasileira e internacional foi surpreendida pela notícia confirmada de que o governo brasileiro implementa um vasto programa - o Projeto Calha Norte aprovado sigilosamente em junho de 1985, que abrange toda a região compreendida pelos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, o que representa cerca de 14% do território brasileiro.

A confidencialidade do Projeto é "explicada" pelo Conselho de Segurança Nacional devido ao fato de que a prioridade governamental, sendo acordada a' Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas quanto temores infundados nos países limítrofes. O tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, é "justificado" pelo fato de que muitos dos temas abordados, tais como a reformulação de políticas indigenistas, retomada da demarcação de fronteira ou localização de instalações militares são temas de alta sensibilidade política.

## Recursos previstos

De acordo com fontes do Conselho de Segurança Nacional, em 1986 foram liberados Cr\$ 185 milhões para a implementação do Projeto, e a verba prevista para 1987,1988 e 1989 é de Cr\$ 300 milhões/ano.

## Motivações

As motivações para o desenvolvimento do Projeto Calha Norte estão descritas nas necessidades fundamentais e imediatas expressas na Exposição de Motivos nº-018/85, das quais as primeiras quatro, principalmente são consideradas de Segurança Nacional:

### a) Incremento das Relações Bilaterais

O Projeto destaca que muitas das ameaças ao interesse nacional são compartilhadas com os países limítrofes. Como, por exemplo, as plantações ilegais de epadu (coca) e o contrabando. Entre outras medidas, seria reforçada a Cooperação internacional no combate ao narcotráfico e retomados os estudos para novas ligações rodoviárias.

### b) Aumento da Presença Militar na Área Em caráter prioritário estaria o estabelecimento, pelo

Exército, de Pelotões de Fronteira em alguns pontos considerados críticos, bem como a melhoria em outras instalações já existentes.

### c) Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes Considerada atividade, de relevância política, exigirá, segundo o documentos , recursos financeiros mínimo mas enormes sacrifícios e dedicação.

### d) Definição de uma Política indigenista Apropriada a Região Prevê a participação da FUNAI e uma crescente cooperação com os órgãos Congêneres dos países limítrofes, através do Ministério das Relações Exteriores.

Outras necessidades consideradas fundamentais apesar de sua complexidade especificidade, são a ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

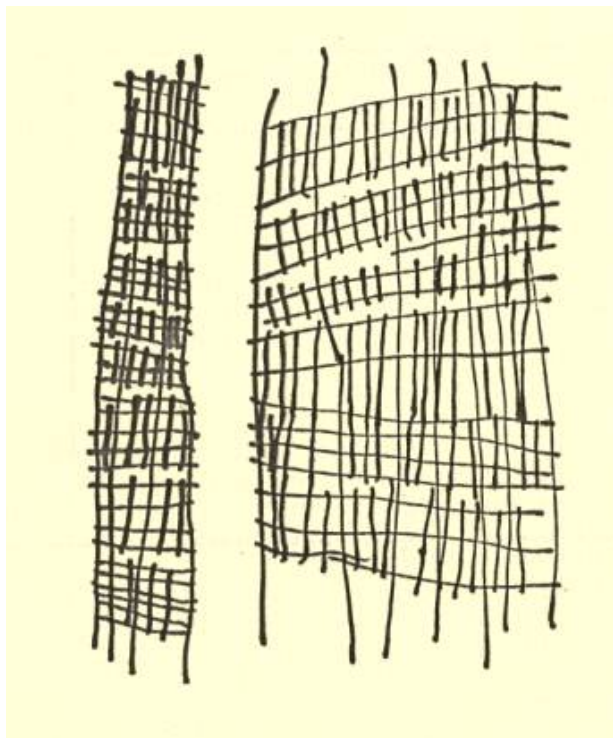
De mãos dadas com o Projeto Calha Norte anda o Projeto de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), com recursos próprios. Em Roraima já foi aprovada, como parte do PDA-RR, a Construção da hidrelétrica do Paredão, dentro do plano de desenvolvimento do complexo energético de toda a Amazônia, com a consequente construção de grandes rodovias e a implementação de projetos econômicos na área de mineração.

Enquanto o Calha Norte é um projeto militar, com recursos específicos, para a implantação de um programa de Segurança Nacional em área de fronteira, o PDA atinge toda a região amazônica, considerada a última fronteira de exploração e "ocupação" do Brasil.

## CONSEQUÊNCIAS

Os pormenores do Projeto Calha Norte mostram que 50.000 índios que vivem na área vão sofrer negativamente os efeitos das medidas a serem tomadas a partir de suas premissas principais que recomendam ocupar os vazios demográficos, principalmente e faixa de fronteira de 6.500Km, desde a Colômbia, passando pela Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Os destacamentos de fronteira do Exército funcionarão, na prática, como polos de atração, sendo acompanhados pela construção de Postos de Venda Cobal, escolas, ambulatórios, Postos de Rádios fixos e TVs. Assim, pequenos centros habitacionais serão plantados em plena selva amazônica, em meio a diversas comunidades Yanomami. Esses núcleos habitacionais serão seguidos pela abertura de estradas e pela construção de hidrelétricas( umas das quais, a UHE Paredão, já teve início), que atingirão dezenas de comunidades Yanomami ainda isoladas do contato com não índios.A experiência prova ser isso desastroso. Em 1974/76, a primeira consequência da construção da Rodovia Perimentral Norte na Amazônia foi a depopulação de quatro comunidades Yanomami, reduzidas em 50%, e o desaparecimento de 20 aldeias.



Outro resultado catastrófico decorrente da instalação de uma população militar na área Yanomami seria o risco de alastramento por toda a Amazônia da oncocercose, doença conhecida também como cequeira dos rios e que já afeta grande parte da população Yanomami. Em algumas áreas, como Surucucus, mais de 90% da população yanomami, já foram atingidos pela doença, transmitida através da picada de algumas espécies de Simulium (mosquito conhecido popularmente com pium) e que em seus estágios finais pode causar a cegueira. Sabe-se da existência do vetor em outras áreas da Amazônia ainda não afetadas pela doença.

## **IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CALHA NORTE**

### **.Aeródromos**

Para a implantação/ampliação de aeródromos em oito áreas do território Yanomami são apresentadas, entre outras, as seguintes justificativas sócio- econômicas:

- "Trata-se de região potencialmente rica em recursos extrativos minerais em que a presença de um sistema de transporte eficiente e confiável é de vital interesse de preservação econômica";

- "A Comunidade indígena local, apoiada pela FUNAI, é a única presença brasileira nessa extensa linha limítrofe com o País vizinho e não pode prescindir de apoio e assistência por parte dos organismos governamentais"

O Projeto destaca que essas oito áreas do território Yanomami são isoladas, não dispendo de acesso fluvial ou

vínculo terrestre. Não existem estradas e a navegação é impraticável devido às inúmeras e perigosas cachoeiras e corredeiras, com várias quedas intransponíveis até para pequenas embarcações.

### **. Cooperação internacional**

A recuperação dos marcos limítrofes será feita através das atividades da primeira Comissão Brasileira . Demarcadora de Limites, que incluirão levantamentos topográficos, inspeção bilateral e rastreamento de satélites em oito pontos.

Está prevista também a cooperação técnica com a Guiana, incluindo assessoria técnica para micro e mini- destilaria, tecnologia de produção de soja, processamento industrial de frutas e legumes desenvolvimento agropecuário; e também com a Venezuela, que incluiria banco de dados geográficos, informação social para o desenvolvimento regional e tecnologia de produção agropecuária.

### **. Política Indigenista**

Com relação à uma política indigenista apropriada à região, o Projeto destaca que à primeira vista esta atividade não demandaria recursos financeiros adicionais mas que uma nova política indigenista deve partir de uma experiência de campo intensificada, sobretudo na região Yanomami. Observa ainda que ao longo da fronteira norte existem numerosos pontos ocupados por grupos indígenas e que por isso torna-se difícil qualquer atuação sem a participação da FUNAI. "Ademais", continua, "os temas de política indigenista estão entre os de maior responsabilidade política e, no passado recente, foram explorados em detrimento da boa imagem do País".



### ESTRATÉGIA

Desde o primeiro momento, adianta o Projeto, a análise da situação revelou que a "Calha Norte" apresenta três territórios bem diferenciados, isto é, a faixa de fronteira, o núcleo da região, e a zona ribeirinha adjacente às calhas do Solímões, Amazonas e demais rios. Assim, foi identificada como possível solução para o problema da consecução, a consolidação "harmônica", no tempo e no espaço, de três Programas:

- Programa de Faixa de Fronteira;
- Programa do Núcleo Regional ou "interiorano"; e
- Programa das Zonas Ribeirinhas.

A estratégia definida para o Projeto implica em ações imediatas na faixa de fronteira, selecionando quatro áreas e suas vias de acesso como prioritárias, entre elas:

"a) A área caracterizada pela presença de índios Yanomami, com uma pequena população estimada em 7.500 índios que vivem em dezenas de malocas esparsas, adjacente a um longo trecho de 900 quilômetros de fronteira com a Venezuela, país onde também residem numerosos contingentes indígenas da mesma etnia. Há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir - às custas do atual território brasileiro e venezuelano - um Estado Yanomami. Destacam-se nessa área os seguintes pontos: Surucucu, Auaris e Ericó."

Segundo o jornal Retrato do Brasil (15 de janeiro de 1987), o argumento absolutamente ridículo e absurdo do ponto de vista histórico- sociológico da ameaça de criação de um "Estado Yanomami" foi copiado do ex- oficial da Aeronáutica e ex- deputado da Arena de Roraima, Hélio Campos. No final de 1979, segundo o jornal, Campos disse que os Yanomami praticavam um "socialismo tribal" que seria o primeiro passo para o desmembramento de suas reservas do território brasileiro. Por isso, sugeriu, o Governo não deveria demarcar terras indígenas na faixa de 150 quilômetros da fronteira.

Não se refere o Projeto à recomendação da OEA no sentido da demarcação do Parque Indígena Yanomami. Em março de 1985 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA recomendou ao Governo Brasileiro que por meio da FUNAI e de acordo com sua legislação procedesse a delimitação e demarcação do Parque Yanomami de acordo com a proposta da FUNAI de 1984.

Pelo contrário, prevê o Projeto que à implantação de novos polos de desenvolvimento corresponderá um aumento Progressivo dos fluxos de navegação fluvial relacionados as áreas envolvidas ao longo da calha principal. Conseqüentemente, relata o Projeto, caberá à Marinha intensificar, proporcionalmente, suas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento. Com o estabelecimento de fluxos migratórios em direção aos polos de desenvolvimento, declara, deveria aumentar as necessidades relacionadas a determinadas tarefas do Serviço de Patrulha Costeira (fluvial), especialmente nas fases iniciais de sua implementação. Os Projetos Especiais, que caracterizarão as atividades a serem desenvolvidas na faixa de fronteira e suas vias de acesso tinham início previsto para 1986 e conclusão em 1990.

## **ESTÁ PRÓXIMO O FIM DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA**

Segundo o documento "A Igreja frente ao Projeto Calha Norte", divulgado pelos bispos da Amazônia Ocidental (FOLHA DE S. PAULO, 3.12.89), o Projeto Calha Norte, que prevê a ocupação militar e o desenvolvimento sócio- econômico da fronteira norte do país, acelerará o processo de destruição da cultura indígena, além de ser um desperdício de recursos financeiros, materiais e humanos que poderiam ser destinados obras de infra- estrutura apoio à população da Amazônia.

Declarou o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), D. Erwin Krautler: "Enquanto 628 milhões de cruzados são aplicados na implantação de postos militares de fronteira, apenas 145 milhões são destinados à FUNAI( Fundação Nacional do Índio) para que ela demarque as terras indígenas".

Afirmou ainda que o "Calha Norte" vai atingir mais ou menos cinquenta mil índios e 33 nações, distribuídas em 51 aldeamentos de fronteiras e outras dezesseis nas calhas dos rios, especialmente no Alto Rio Negro.

Esse projeto é destinado a instalar oito bases militares, desde o rio Oiapoque (divisa do Brasil com a Guiana Francesa), até o Solimões (na divisa com a Colômbia), numa faixa de fronteira de 6.500 Km de comprimento por 60Km de largura.

### **UMA SOLUÇÃO?**

A grande preocupação da Ccpy é saber o que estará destinado ao povo Yanomami dentro do Projeto Calha Norte. Teme-se que haja ocupação de suas terras por colonização garimpeira, organizada por empresários de garipagem ou por companhias estatais. Ou ainda que haja algum tipo de negociação para a Criação de áreas nacionais que não atendam às necessidades dos Yanomami. É claro que qualquer dessas hipóteses significaria a solução final, a morte do povo Yanomami

Uma solução, porém, veio de encontro às esperanças de todos os que defendem a causa indígena: o Presidente Sarney decidiu criar o Parque Indígena Yanomami através de Decreto, de acordo com o Projeto de Lei 379/85 do Senador Severo Gomes, que solicita uma área contínua de aproximadamente 9.419.108 ha no Estado do Amazonas e Território Federal de Roraima. Tratamento diferenciado será dado a 60 quilômetros na extensão da faixa de fronteira, onde será criada uma área de proteção ambiental permanente.

A criação do Parque Indígena Yanomami com essa alteração no Projeto de Lei apenas será aceitável para as entidades que apoiam a questão Yanomami se forem aplicados os dispositivos da Lei 4.771 de 1965, Código florestal, nos termos do artigo 3º, letra g, e os dispositivos da Lei 6.634 de 1979 na parte em que o Parque estiver em Faixa de

Fronteira, além de obedecidas as limitações impostas pela Lei 6.001 do Estatuto do Índio.

AS NAÇÕES INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE QUE SERÃO AFETADAS PELO PROJETO		
Área	Nação	Nº de Índios
<b>Fronteira Brasil/Guiana</b>		
Galibi	galibi	71
Jumimá	galibi-uaçá/caripuná	78
Uaçá	galibi-uaçá/palicur caripuná	2.379
Uauapi	uauapi	278
<b>Fronteira Brasil/Surinã</b>		
Parque Tumucumaque	uauapi/uaiana/apará	desconhecido
Rio Peru do Leste	tirio/cauiana uaiana/apará	desconhecido
<b>Fronteira com Guiana e Venezuela</b>		
Jacamin	uapixana	207
Bom Jesus	macuxi/uapixana	31
Jaboti	macuxi/uapixana	78
Recanto da Saudade	macuxi/uapixana	175
Canau-anin	uapixana	239
Maiacaveta	uapixana	280
Taba Lascada	uapixana	210
Manuá Plum	uapixana	500
Truaru	uapixana	116
Serra da Moça	uapixana	380
Borã Livramento	macuxi/uapixana	367
Ouro	macuxi	80
Plum	uapixana	158
Ponta da Serra	macuxi	163
Araçá	macuxi/uapixana	220
Raposa/Serra do Sol	macuxi/ingariçó	9.186
São Marcos	macuxi/uapixana	
Cajueiro	taturapang	904
Santa Inês	macuxi	85
Uai-Uai	macuxi	126
Uaimiri-Atroari	uai-uai/carafaviana	172
Nhumunda-Mapuera	uaimiri-atroari/piriutiti/tiriquiá hixcariana/cauiana/uai-uai/catuena/ seró/mauiana e carafaviana	360
Ilha Jacaré-Xipacá	sateré-maué-nainiqui	1.094
<b>Fronteira com a Venezuela</b>		
Ananás	macuxi	90
Anta	uapixana	102
Aningal	macuxi	115
Bosqueirão	macuxi/uapixana	413
Mangueira	macuxi	433
Sucuba	macuxi	130
Raimundão	macuxi/uapixana	354
Ianomami	ianomami/tecuna/earé	9.000
<b>Fronteira com Colômbia e Venezuela</b>		
Içana-Xié	caniua/uarecana/baré	
Cubate	caniua/curipaco/uauano/cubeu/ uarecana	
Içana-Alari	banuia/curipaco/uauano/cubeu/desano	
Taracú/Uaupés	lariano/tucano/piratapua/uauano/ cubeu/desano/tuiuca/macú/arapaço/ carapaná/ceiana	5.200 (nós três áreas)
Iauareti	mesmos povos da área Taracú	1.106
Pari-Cachoeira	tucano/desano/tuiuca/macú/barasano/ haratucano/carapaná/meriti-tapua	3.919
<b>Fronteira Colômbia/Peru</b>		
Tijuna Evaré I	tecuna	8.000
Tijuna Evaré II	tecuna	1.230
Santo Antônio	tecuna	202
Umariacu	tecuna	2.810
Bom Intento	tecuna	123
Porto Espiritual	tecuna	146
Lauro Sodré	tecuna	323
Tecuna de Feijoaí	tecuna	905
São Leopoldo	tecuna	377

## OS PASSOS DO PROJETO CALHA NORTE

### 1973

#### julho

Primeira tentativa do governo brasileiro de ocupação de toda a extensão da fronteira do Brasil com a República da Guiana, Guiana Francesa., Suriname, Venezuela, Colômbia e Peru. O então presidente Médici inaugura em Porto Grande (Amapá) as obras de um dos mais ambiciosos projetos do regime militar brasileiro: a Rodovia Perimetral Norte, um complexo de estradas a ser construído em quatro anos, que percorreria mais de mil quilômetros da Amazônia e integraria ao restante do país uma área fronteiriça de 1 milhão e 300 mil quilômetros quadrados.

Projetada dentro do Programa de Integração Nacional e desenvolvida pelo Conselho de Segurança Nacional, a obra já continha as idéias básicas do atual Projeto Calha Norte.

Foi paralisada! em janeiro de 1977, até que o Brasil superasse seus problemas econômicos, tendo já cortado numa extensão de 225 quilômetros o sul do território Yanomami e reduzido pela metade quatro de suas comunidades.

### 1977/1978

A FUNAI delimita 21 áreas descontínuas dentro do território Yanomami, que não correspondem à ocupação real da área por esse povo.

### 1979

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) entrega ao Presidente da República, junto com o Presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, o projeto de criação do Parque Yanomami, entendido Como a única forma de proteger aquelas comunidades e seu meio ambiente das ameaças permanentes que representa o avanço da sociedade nacional

sobre suas terras. É iniciada campanha nacional e internacional de apoio à criação do Parque, que tem grande repercussão.

1980

A FUNAI elabora sua própria proposta de criação do Parque Yanomami.

A proposta não é aceita pela presidência da FUNAI.

As pressões nacionais e internacionais para a criação do Parque continuam.

1982

Portaria do então Ministro do Interior, Mário Andreazza, elege uma área contínua de aproximadamente 7.700.000 ha para efeito de delimitação das terras indígenas Yanomami. Solicita à FUNAI elaboração de Projeto de infra-estrutura para a área, para posterior demarcação, que não se concretiza.

A aceitação do então Governador de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto.

1984

A FUNAI elabora, com a colaboração da CCPY, uma nova proposta para delimitação das terras indígenas Yanomami, visando concretizar a criação do Parque Indígena, com extensão suficiente em área contínua, salvaguardando desse modo a vida e cultura desse povo.

1985

5 de março

É aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em sua 836ª sessão a resolução nº 12/85, recomendando que "por meio da FUNAI", e de acordo com a sua legislação, o Governo do Brasil proceda à delimitação e demarcação do Parque Yanomami, tal Como a FUNAI propôs ao Grupo Interministerial de Trabalho em 12 de setembro de 1984".

1º semestre

O Deputado Federal Márcio Santilli (PMDB) apresenta ao Presidente Sarney a proposta da FUNAI de 1984 para a criação do Parque Indígena Yanomami.

O Presidente decide encaminhá-la ao atual Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

19 de junho

O Presidente José Sarney aprova a Exposição de Motivos nº 018/85, assinada pelo General Bayma Denys, que apresenta um levantamento de dados sobre a situação da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região. Segundo o documento, trata-se de área praticamente explorada, correspondendo a 14% do Território Nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada por indígenas. É sugerido um planejamento abrangente, de médio a longo prazo, para direcionar-se a atuação governamental,

em conjunto com a iniciativa privada, para promover ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico é adequado aos interesses nacionais. estime as necessidades fundamentais e imediatas:

- 1) incremento das relações bilaterais;
- 2) aumento da presença militar na área;
- 3) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- 4) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;
- 5) ampliação de infra-estrutura viária;
- 6) aceleração da produção de energia elétrica;
- 7) interiorização de polos de desenvolvimento econômico;
- 8) ampliação da oferta de recursos sociais básicos.



Solicita ao Presidente que determine aos demais Ministérios uma programação prioritária para a área, num prazo de 60 dias.

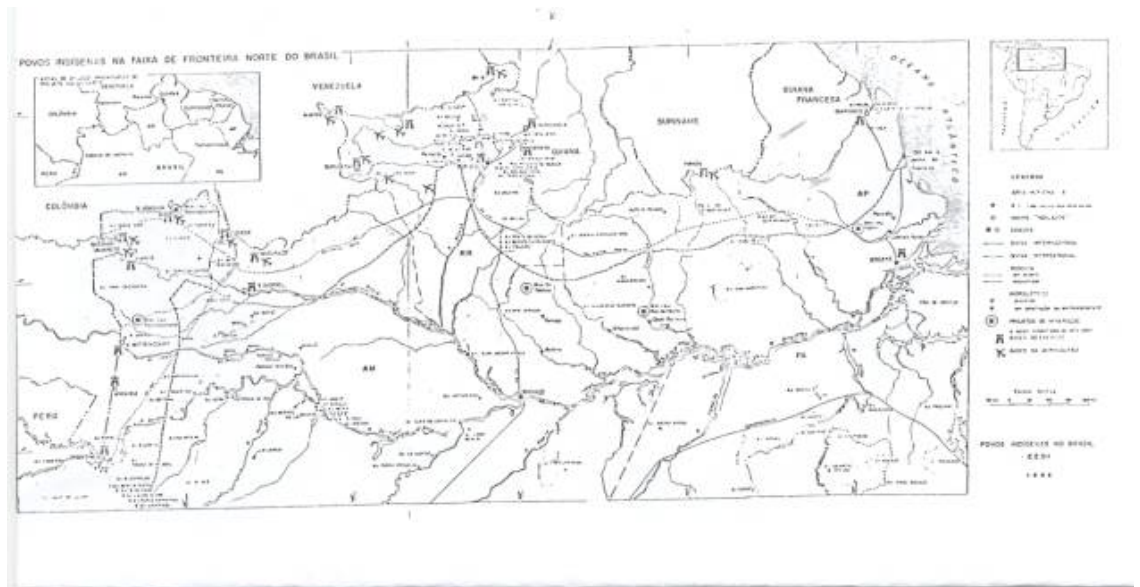
### Agosto

Uma pequena comitiva de três pessoas - um parlamentar Ligado à Comissão do Índio da Câmara dos Deputados (Márcio Santilli), uma antropóloga da Universidade de Brasília (Alcida R. Ramos) e a coordenadora da CCPY (Claudia Andujar) -, sem ter ainda conhecimento da existência do Projeto Calha Norte, aprovado pelo Presidente Sarney em 19.6.85, entrevista-se Corri o Chefe da Casa Militar, General Bayma Denys, para Colocar-lhe suas preocupações a respeito das invasões contínuas à área Yanomami.

Solicita-lhe o estudo de meios de controle a essas invasões e a criação urgente do Parque Indígena Yanomami, de acordo com a Proposta FUNAI/1984. Não é mencionado à comitiva da CCPY que o Projeto Calha Norte já está em andamento.

O Chefe da Casa Militar coloca para a Comitiva da CCPY a posição do Conselho de Segurança Nacional, contra a criação de um Parque Indígena em área de fronteira.

19 de dezembro



Acolhendo proposta consubstanciada na Exposição de Motivos nº 018, de 19 de junho de 1985, da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Presidente José Sarney autoriza a Constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial para estabelecer *um* plano de ação governamental para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, voltado para os objetivos do desenvolvimento e da segurança nacionais.

Através desse plano, a Faixa de Fronteira é eleita como área prioritária e preferencial para fins de programação e ação imediata. Nessa faixa, que se confronta com cinco países ao longo dos 6.500 km de extensão, entre os seis trechos preferenciais de atuação, está:

"I- trecho caracterizado pela presença dos índios Yanomami, no noroeste de Roraima e ao norte do Estado do Amazonas, fronteira Com a Venezuela e a Colômbia."

Seriam ainda desenvolvidas ações através da implementação de Projetos Especiais visando:

- a intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais;
- o aumento da presença brasileira na área;
- a ampliação e a intensificação da ação da FUNAI junto às populações indígenas; e
- a intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira.

Prioridade especial seria concedida ao aumento da presença brasileira na linha de fronteira., considerada elemento fundamental e efetivo para iniciar a vivificação da faixa de fronteira.

É considerado fundamental que a ação do Governo contemple, também, a ampliação da infraestrutura viária, a aceleração da produção de energia, principalmente através de hidrelétricas, o estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento econômico, a

ampliação de recursos sociais básicos e o incremento da colonização naquela região fronteiriça. A fim de implementar os Projetos Especiais da Calha Norte, é submetida à apreciação do Presidente a solicitação de recursos no valor de Cr\$ 628.892 milhões, a preços de outubro de 1985, para aplicação nos exercícios de 1986 (Cr\$ 220.447 milhões), 1987 (Cr\$ 252.878 milhões), 1988 (Cr\$ 77.985 milhões), 1989 (Cr\$ 37.792 milhões) e 1990 (Cr\$ 39.610 milhões). o documento é assinado por Olavo Egydio Setubal, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Ronaldo Casta Couto, Ministro de Estado do Interior; João Chefe da Secretária de Planejamento da Presidência da República; e Rubens Bayma Denys, Ministro de Estado, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional.

dezembro

O Senador Severo Gomes (PMDB) apresenta ao Congresso nacional o Projeto de Lei nº 379/85 que cria, no Estado do Amazonas e Território Federal de Roraima, o Parque Indígena Yanomami, de acordo com a Proposta da FUNAI de 1984.

1986

1º de agosto

Portaria SG nº 43

O Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da República, tendo em vista o disposto na Portaria nº 011, de 28.01.81 e a resolução contida na Exposição de Motivos nº 238, de 17.07.86, resolve aprovar o plano de aplicação e o cronograma de liberação de recursos dos Projetos Especiais da Calha Norte, referente ao exercício de 1986 no montante de Cz\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de cruzados), à conta do Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste PROTERRA, à conta do Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Regional...

1987

14 de janeiro

O Senador Severo Gomes entrevista-se com o Presidente José Sarney, que manifesta sua decisão de criar o Parque Indígena Yanomami por decreto, com uma área de proteção ambiental permanente e tratamento diferenciado na faixa de fronteira.

No mesmo dia o General Bayma Denys declara ao Senador que o atual governo não tem interesse em retomar a construção da Rodovia Perimetral Norte.

20 de janeiro

o Senador Severo Gomes Convoca uma entrevista coletiva à imprensa para colocar o posicionamento do Governo sobre a questão Yanomami dentro do Projeto Calha Norte. Participam representantes da UNI (União das Nações Indígenas), ABA (Associação Brasileira de Antropologia), CPI/SP (Comissão Pró- Índio de São Paulo) e CCPY, que dividem forças para solicitar a entidades, organizações indígenas e personalidades no Brasil e no exterior que manifestem seu apoio a Criação do Parque Indígena Yanomami com área de proteção ambiental permanente e tratamento diferenciado na faixa de fronteira.

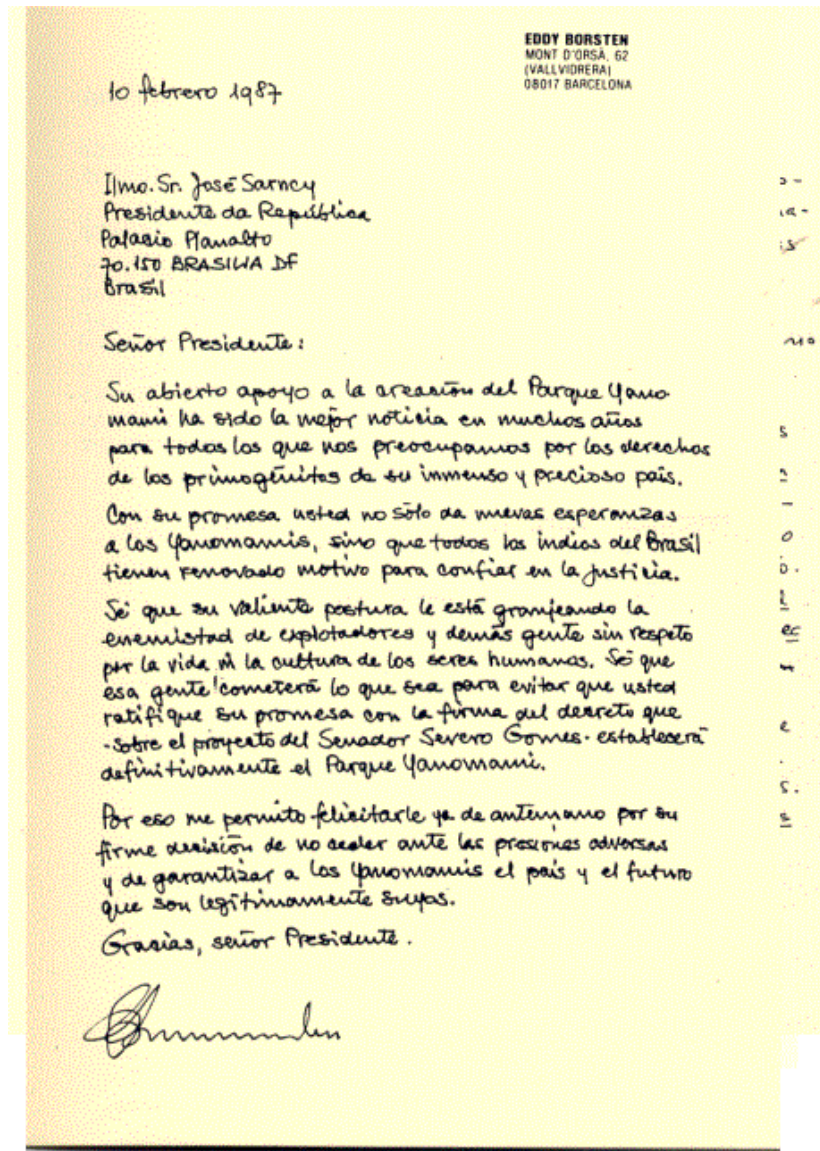
### **300 telegramas são enviados em 5 dias.**

26 de janeiro

Durante a III Reunião da Comissão de Alto Nível Igreja - Governo, o General Bayma Denys afirma que na faixa de fronteira, de 150 km, em todo o País, não haverá demarcação de reserva indígena. No máximo seriam demarcadas na faixa de fronteira reservas florestais para assegurar o habitat dos índios. Se assim for, os 150 Km englobarão a totalidade da área do projeto do Senador Severo Gomes, nada restando para um Parque Yanomami.

16 de fevereiro

O Senador Severo Gomes solicita nova audiência Com o Presidente, que lhe reafirma sua decisão de criar o Parque Yanomami com área diferenciada ao longo da fronteira. No mesmo dia o Senador é informado pelo General Bayma Denys que foi constituído pela Associação de Garimpeiros e pelo Governo de Roraima um forte lobby para impedir a Concretização da palavra do Presidente Sarney de criar o Parque Yanomami com área diferenciada de preservação ambiental permanente na faixa de fronteira.



## DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS PROJETOS ESPECIAIS DA CALHA NORTE QUE ATINGIRÃO A ÁREA YANOMAMI

### AERÓDROMOS

Construção e/ou ampliação de pistas de pouso existentes

<u>Local</u>	<u>Data prevista</u>
Surucucus (RR)	1986 - 1987
Ericó (RR)	"
Auaris (RR)	"
Maburacá (AM)	"
Paapiú (RR)	"
Unicás (RR)	"
Apiáú (RR)	a ser confirmada
Baixo Mucajaí (RR)	"

### INSTALAÇÃO DE REDE DE POSTOS DE RÁDIOS FIXOS

Para oferecer condições de ligação entre os Pelotões e o Escalão Superior

<u>Local</u>	<u>Data prevista de conclusão</u>
--------------	-----------------------------------

Ericó (RR)	1988
Auaris (RR)	1987
Surucucus (RR)	1987
Maturacá (AM)	1987

### **ORGANIZAÇÃO DE COMANDOS E BATALHÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA (AMAZÔNIA – 5º; RORAIMA- 2º)**

- Construção de instalações provisórias em pré- moldados de madeira para os Pelotões Especiais de

Fronteira (Ericó, Auaris, e Surucucus).

- Construção de pavilhões para instalação de representantes de órgãos federais (DAI/SEAC, DPF, FUNAI, Receita Federal)

- Construção para Posto de Venda da Cobal.

- Implantação ou melhoramento da infra- estrutura básica (escola, ambulatório, entretenimento comunitário) .

<u>Local</u>	<u>Data prevista de conclusão</u>
Maturacá (AM)	1987
Ericó (RR)	1990
Auaris (RR)	1990
Surucucus (RR)	1990

### **PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS**

Prevê:

- Fortalecer a estrutura operacional das unidades da FUNAI.
- Propiciar bens e serviços que atendam as necessidades básicas das comunidades indígenas.
- Promover maior acesso às áreas indígenas, hoje em completo isolamento terrestre e aéreo.
- Melhorar as condições sócio- econômicas das comunidades indígenas, mediante a aplicação de recursos financeiros em setores altamente prioritários, propiciando-lhes os meios de que necessitam para o atendimento de suas necessidades básicas nos campos de saúde, educação, transporte, desenvolvimento comunitário e comunicação.

<u>Local</u>	<u>Data prevista</u>
<b>Roraima:</b>	1987-1990
Casa do Índio	“
Posto Indígena Apiaú	“
Posto Indígena Mucajaí	“
Posto Indígena Uaicás	“
Posto Indígena Ericó	“
Posto Indígena Paapiú	“
Posto Indígena Surucucus	
<b>Amazonas:</b>	1987-1990
Casa do Índio	“
Posto Indígena Maturacá	“



As máquinas trabalhando das 5 horas até às 23-24 horas tornaram nossa estada um desconforto, pelo barulho e sensação de invasão que proporcionaram. A caça diminuiu muito na área próxima da pista em virtude, segundo índios e "brancos", do barulho intenso das Máquinas. Tonéis de óleo diesel vazando davam ao local um ar de sujeira e poluição.

De um , modo geral os índios do Mahanuu estão começando a aparecer com aquele velho estilo encontrado nas áreas mais contatadas: molambos, maltrapilhos, confusos, querendo a magia tecnológica dos Nabe. Já começaram a usar o caxiri, introduzido pelos parentes do Mucajáí, a pedir tudo o que vêm pela frente, a querer remédio e injeção para qualquer dor de cabeça, etc.

### **Sugestões**

Cabe ressaltar, mais uma vez, que a entrada indiscriminada e sem controle de saúde dos "civilizados" e nefasta à saúde do grupo, sem considerar o problema cultural que também afeta, ainda que indiretamente, o estado de saúde dos grupos.

Sugiro que se façam palestras para grupos que vão trabalhar na área, para elucidar questões quanto ao trato com sociedades diferentes da nossa, seus costumes e como não intervir de uma forma deletéria nestes grupos. Outra sugestão é que se faça controle da doenças via exame médico básico mais testes para malária e TBC em todo indivíduo que for para as áreas indígenas. Isso pode ser solicitado pela FUNAI quando do pedido de autorização para entrada na área.

A questão da troca de roupas, além de estar introduzindo uma mudança cultural fundamental, é um veículo de transmissão de doenças contagiosas, além de piorar algumas já existentes, devido ao uso inapropriado e aos hábitos de higiene dos Yanomami. A alimentação segue o mesmo raciocínio, já que é uma maneira de criar uma dependência pelo abandono de plantios e ao mesmo tempo a introdução de hábitos sabidamente perigosos para a saúde, como o excesso de amido (do arroz, farinhas finas), sal e açúcar, aumentando comprovadamente o número de cáries, diabetes e arteriosclerose, entre outras. Isso a longo prazo causará um gasto financeiro muito maior que o necessário agora para prevenir tais consequências



### **APOIO É IMPORTANTE!**

Em vista da decisão do Presidente José Sarney, Comunicada ao Senador Severo Gomes em 14 de janeiro de janeiro de 1987, de criar o Parque Indígena Yanomami por Decreto, com uma área de proteção ambiental permanente e tratamento diferenciado na faixa de fronteira, solicitamos que telegramas ou cartas com cumprimentos sejam enviados ao endereço abaixo, enfatizando que essa decisão eleva a imagem do Brasil no concerto das nações como defensor de um patrimônio cultural da Humanidade.

**Exmo. SR.**

**Dr. José Sarney**

DD Presidente da República

Palácio do Planalto

70150 Brasília DF

Agradecemos e pedimos que cópia dos telegramas ou cartas sejam enviadas à CCPY.



---

Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar

e-mail para o escritório central da  
Comissão Pró-Yanomami no seguinte  
endereço:

[proyanomamidf@proyanomami.org.br](mailto:proyanomamidf@proyanomami.org.br)

Financiador: \_\_\_\_\_

## Boletins & Comunicados

Acesse os anteriores ou cadastre-se para receber periodicamente



Comissão Pró-Yanomami 2004 - A comissão incentiva a veiculação dos textos desde citadas as fontes.